

A ORIGEM DA NOÇÃO DE AUTORIDADE NO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAD ARENDT

Sebastião D. da Silva Linhares*

Resumo

Hannah Arendt ao tratar da questão da autoridade, pretende desvelar as fontes de significação e sustentação dessa noção que alcançou seus primeiros esforços de fundamentação teórica com a filosofia política grega. Não diferentes, segundo nossa autora, são as experiências propriamente políticas dessa noção que foram concretizadas pelos romanos na experiência da fundação da cidade. Partindo dessa premissa e conduzido pelas conclusões de Arendt é que apresentamos as características principais que deram origem à noção de autoridade no pensamento filosófico e político do ocidente.

Palavras-chave: Autoridade, Arendt, Gregos, Política, Totalitarismo.

Hannah Arendt (Linden, 14 de Outubro de 1906 — Nova Iorque, 4 de Dezembro de 1975) foi uma teórica política alemã, muitas vezes descrita como filósofa, apesar de ter recusado essa designação.

Nascida numa rica e antiga família judia de Hanôver, fez os seus estudos universitários de teologia e filosofia em Königsberg (a cidade natal de Kant, hoje Kaliningrado). Arendt estudou filosofia com Martin Heidegger na Universidade de Marburgo, relacionando-se passional e intelectualmente com ele. Posteriormente Arendt foi estudar em Heidelberg, tendo escrito na respectiva universidade uma tese de doutoramento sobre a experiência do amor na obra de Santo Agostinho, sob a orientação do filósofo existencialista Karl Jaspers.

A tese foi publicada em 1929. Em 1933 (ano da tomada do poder de Hitler) Arendt foi proibida de escrever uma segunda dissertação que lhe daria o acesso ao ensino nas universidades alemãs por causa da sua condição de judia. O seu crescente envolvimento com o sionismo levá-la-ia a colidir com o anti-semitismo do Terceiro Reich o que a conduziria, seguramente, à prisão. Conseguiu escapar da Alemanha para Paris, onde trabalhou com crianças judias expatriadas e onde conheceu e tornou-se amiga do crítico literário e místico marxista Walter Benjamin. Foi presa (uma segunda vez) em França conjuntamente com o

* Especialista em Ensino de Filosofia e Sociologia, Secretário Geral da Faculdade Católica de Anápolis

marido, o operário e "marxista crítico" Heinrich Blücher, e acabaria em 1941 por partir para os Estados Unidos, com a ajuda do jornalista americano Varian Fry.

Trabalhou nos Estados Unidos em diversas editoras e organizações judaicas, tendo escrito para o "Weekly Aufbau". Em 1963 é contratada como professora da Universidade de Chicago onde ensina até 1967, ano em que se muda para a *New School for Social Research*¹, instituição onde se manterá até à sua morte em 1975.

O trabalho filosófico de Hannah Arendt abarca temas como a política, a autoridade, o totalitarismo, a educação, a condição laboral, a violência, e a condição de mulher.

Neste trabalho busca-se apresentar os aspectos principais do pensamento político de Hannah Arendt no que compete ao tema da autoridade, onde a idéia central está na origem filosófica e política do conceito de autoridade, bem como no seu impacto sobre o mundo moderno. Assim, a questão que se propõe desenvolver foi tratada por Hannah Arendt em sua obra intitulada "*Entre o Passado e o Futuro*", especificamente o capítulo terceiro que retrata a questão "*Que é autoridade?*". Desta forma, num primeiro momento, será abordada a problemática que envolve o tema da autoridade, e de que maneira esse tema geralmente é tratado no mundo moderno. Em seguida, será investigada a origem filosófica e política do conceito de autoridade. Por fim, espero tecer algumas considerações a modo de conclusão.

Toma-se com princípio para esta análise, a constatação de uma constante e profunda crise da autoridade no mundo moderno, que teve como fim os regimes totalitários do séc. XX. Fazendo uma breve definição de totalitarismo, Gilberto Cotrim diz que é a:

Prática de um regime político que defende a total importância do Estado sobre os interesses dos cidadãos. No regime totalitário, o Estado tem um governo forte, capaz controlar de forma absoluta os diversos setores da vida social: os meios de comunicação, os órgãos de segurança, os sindicatos dos trabalhadores etc. Em termos políticos, o regime totalitário prega o fim da democracia liberal e a eliminação das oposições por meio de uma propaganda agressiva ou através da violência física. A linha política do Estado é determinada por um partido único.²

Desta forma, o totalitarismo inaugurado pelo regime Nazista e Stalinista representa a experiência final que durante muitos anos sustentou os alicerces e as fundações

¹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt. Acesso em 05/06/07.

² COTRIM, Gilberto. *História Global, Brasil e Geral*. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 1999. p. 389.

do ocidente, assentando-se de forma essencial em suas bases políticas. Vista de outra maneira, a crise da autoridade presente no mundo moderno é uma crise marcante de nosso tempo e possui raízes e natureza política. Assim sendo, a devida compreensão desses fenômenos totalitários exige uma profunda análise da crise da política que acompanhou o desenvolvimento da história ocidental.

Logo, Arendt ao tratar da questão da autoridade pretende desvelar as fontes de significação e sustentação dessa noção que alcançou seus primeiros esforços de fundamentação teórica com a filosofia política grega. Não diferentes, segundo nossa autora, são as experiências propriamente políticas dessa noção que foram concretizadas pelos romanos na experiência da fundação da cidade. Partindo dessa premissa e conduzido pelas conclusões de Arendt é que apresentamos as características principais que deram origem à noção de autoridade no pensamento filosófico e político do ocidente.

Aqui se faz necessário questionar qual é o conceito de autoridade desenvolvido e interpretado por Hannah Arendt. Entendemos que essa questão nos é apresentada de forma vazia e obscura, uma vez que em nossas novas experiências políticas não é possível determinar de forma precisa o que é questionado. Logo, trata-se de um evento histórico que foi fundamental para se constituir a política no ocidente. Porém, ao buscá-lo na sua origem e visualizar seu percurso na história vê-se que este conceito se perdeu e acabou na crise da autoridade do mundo moderno.

Assim, no contexto do pensamento moderno não é possível visualizar o conceito de autoridade, ficando desta forma difícil tratar essa questão proposta, uma vez que não seja possível experienciar a autoridade no mundo de aparências no qual vivemos, e é justamente a falta da autoridade que torna essa noção vazia e obscura.

Hannah Arendt afirma:

A autoridade que perdemos no mundo moderno não é esta “autoridade em geral”, mas antes uma forma bem específica, que fora válida em todo o mundo ocidental durante longo período de tempo. Proponho-me, portanto, a reconsiderar o que a autoridade foi historicamente e as fontes de sua força e significação.³

Destarte então, onde seria possível (re)encontrar uma experiência autêntica desse conceito que já fora um dia fundamental para a política?

³ ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo. Editora Perspectiva, 5º ed, 1992. p. 129.

É preciso compreender de maneira suficiente o que Arendt deseja destacar com tal enunciado, uma vez que no nosso modo de ver por sua própria constituição, a questão “*Que é autoridade?*” foi mal formulada. Entendemos que Hannah Arendt não deseja questionar o que seria natural com a forma “*Que é...*”, uma “*autoridade em geral*”. Entendemos que ela busca questionar um determinado tipo de autoridade que possui raízes históricas e não especificamente o que a autoridade é. A questão transforma-se, por conseguinte, na pergunta pelo que “foi” a autoridade e que espécie de mundo veio a ser constituído com o declínio dessa noção. Assim, chega-se a um primeiro ponto a ser discutido mais detalhadamente: o mundo moderno.

O professor Miroslav Milovic em entrevista concedida a IHU por e_mail afirma que o “o mundo moderno é o mundo sem a política, o mundo da economia e das condições da sobrevivência. Nós somos sobreviventes desta herança” assim, o mundo moderno se encontra de tal forma que o tipo de governo, e a experiência da autoridade que se funda nessa experiência, não possui mais realidade fenomênica, não obstante ter sido essa experiência outrora fundamental para a teoria e prática políticas. Dessa maneira, Hannah Arendt propõe uma investigação, cujo objetivo é iluminar alguns estados possíveis de compreensão do passado lido na história ocidental, onde a crise da autoridade é a marca do século XX, e seu desaparecimento significou o declínio de uma das principais bases de sustentação do ocidente.

Três pilares constituem a solidez e estabilidade para a construção da história ocidental que são: a autoridade, a tradição, e a religião. E o fim da autoridade trouxe consigo a consumação do solapamento dos alicerces constituídos pela autoridade, tradição e religião, sem os quais o mundo tal qual o conhecemos não mais se sustenta, e não se sustentando, podemos afirmar que a crise da autoridade alcançou o estágio final do declínio que havia tido início nas profundas crises da tradição e das instituições religiosas no princípio da era moderna.

Arendt, diz que sem a autoridade o mundo moderno fica sem a pedra angular

Algumas especificações similares parecem-me necessárias a respeito da moderna perda da autoridade. A autoridade, assentando sobre um alicerce no passado com sua inabalada pedra angular, deu ao mundo a permanência e a durabilidade de que os seres humanos necessitam precisamente por serem mortais – os mais instáveis e fúteis seres de que temos conhecimento.⁴

⁴ Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.131.

Assim a perda da autoridade revela-se equivalente à perda da permanência e segurança do mundo político, que já havia entrado em crise com as revoluções sociais e políticas européias, mas que alcançou uma radicalidade sem precedentes com a ascensão dos regimes totalitários.

Os regimes totalitários (nazismo e stalinismo) representam um episódio sem precedentes históricos, pois se distinguem fundamentalmente das tiranias e ditaduras tradicionais, ou seja, eles tiraram proveito da crise profunda da autoridade em que o sistema de partidos perdera seu prestígio e a autoridade do governo não era mais reconhecida: este fato promoveu as condições suficientes e necessárias para o surgimento desses regimes.

Assim, no cenário político contemporâneo a problemática da questão da autoridade nos mostra a deficiência das teorias, na medida em que não abarcam suficientemente o cerne da crise da autoridade. Isso significa que a noção de autoridade oferece-nos auto-evidência, ou seja, a ambigüidade do conceito de autoridade no mundo moderno coloca sérios obstáculos para o questionamento da constituição fundamental do que seria um governo autoritário. Assim, Arendt também nos coloca frente à uma interlocução, pois “tanto pratica como teoricamente, não estamos mais em posição de saber o que a autoridade realmente é”⁵, portanto acreditamos que aqui se faz necessário apresentar uma definição provisória da noção de autoridade para que seja possível compreender as distinções entre governos autoritários, tirânicos e totalitários.

Hannah Arendt, afirma:

A autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida com alguma forma de poder ou violência. Contudo a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, autoridade em si mesmo fracassou.⁶

Percebemos que o significado de autoridade se supõe facilmente e se relaciona essencialmente com o caráter de obediência que esta modalidade de governo exige, ficando claro que a obediência não se confunde, necessariamente, com noções de força e violência. Fica assim bem claro para Hannah Arendt, que a necessidade da força e da violência evidencia, antes, a impotência de um governo, bem como a ausência de autoridade e o abandono do poder oriundo necessariamente da esfera pública.

Considerando que não se pode derivar autoridade da violência, seria possível propor, neste sentido, a persuasão (que objetiva o convencimento a partir do uso da palavra, através da retórica como caráter essencial) e o uso do discurso como um dos elementos de um governo fundado na autoridade, porém vale lembrar que a autoridade é incompatível com a

⁵ Ibid., p.128.

⁶ Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.129.

persuasão. Essa definição provisória de autoridade permite delimitar de maneira geral as características cruciais de três importantes tipologias governamentais, a saber:

- Os governos autoritários restringem a liberdade, mas não a eliminam, porque permanecem sempre ligados aos direitos civis.
- Nos governos tirânicos ou ditatoriais, porém, a liberdade é abolida completamente, o tirano assume sozinho a esfera pública e as decisões são direitos exclusivos do ditador, que age de acordo com seus interesses. Nesses governos assiste-se à eliminação clara da “*pólis*”, pois a característica principal da esfera pública é a participação plural dos cidadãos em um espaço comum.
- Por fim, os governos totalitários operam com a total eliminação, não apenas da liberdade, mas da própria espontaneidade através do condicionamento e da massificação.

Prosseguindo nosso trabalho, buscaremos agora apontar alguns limites das teorias modernas acerca do fenômeno da autoridade explicitada por Hannah Arendt.

O liberalismo e o conservadorismo vistos como teorias do mundo moderno não alcançam uma compreensão adequada do mundo moderno porque tratam os diferentes governos mencionados indiscriminadamente, e as bandeiras do “progresso”, sustentadas pelo liberalismo, como também as bandeiras da “decadência”, erguidas pelo conservadorismo, representam um retrocesso do entendimento tanto do fenômeno da liberdade quanto da experiência da autoridade. Logo, o liberalismo não vê diferença fundamental entre tirania e autoritarismo, assim como também não distingue autoritarismo de totalitarismo, pois supõe que qualquer restrição da liberdade implica um sistema totalitário ou tirânico.

Arendt confirma isso ao dizer que:

Por detrás da identificação liberal do totalitarismo com o autoritarismo, e da concomitante inclinação a ver tendências “totalitárias” em toda limitação autoritária, jaz uma confusão mais antiga de autoridade com tirania e de poder legítimo com violência. A diferença entre tirania e governo autoritário sempre foi que o tirano governa de acordo com o seu próprio arbítrio e interesse, ao passo que mesmo o mais draconiano governo autoritário é limitado por leis.⁷

Visto assim, o liberalismo, por conseguinte, autoritarismo, tirania e totalitarismo fazem parte de um mesmo fenômeno que apenas têm grau e intensidade diferentes. Com efeito, se o conservadorismo supera em parte o liberalismo, pois se preocupa em distinguir governo tirânico de governo autoritário, não se dá conta, entretanto, da distinção entre totalitarismo e tirania: porém, a possibilidade de compreensão dos fenômenos totalitários de nosso tempo exige um reconhecimento da radicalidade desses eventos sem precedentes em que as categorias tradicionais da política não são mais capazes de abarcar.

⁷ Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.134.

Filosoficamente onde se dá o início do conceito de autoridade? Arendt diz-nos que:

A autoridade, como fator único, senão decisivo, nas comunidades humanas, não existiu sempre, embora tenha atrás de si uma longa história, e as experiências sobre as quais se baseia esse conceito não se acham necessariamente presentes em todos os organismos políticos. A palavra e o conceito são de origem romana. Nem a língua grega nem as várias experiências políticas da história grega mostram qualquer conhecimento da autoridade e do tipo de governo que ela implica. Isso é expresso de forma mais clara na filosofia de Platão e Aristóteles, os quais de modo inteiramente diverso, mas a partir das mesmas experiências políticas, tentaram introduzir algo de parecido com a autoridade na vida pública da *polis* grega.⁸

Como Hannah Arendt mostra, a palavra e o conceito de autoridade são de origem romana. Porém, Platão e Aristóteles se aproximaram dessa noção e precederam historicamente as experiências políticas romanas. Outrossim, os romanos sofreram uma grande influência da filosofia grega e foram além, podendo pôr em prática a tentativa grega de fundamentação da autoridade, graças à própria experiência política desse conceito.

Platão, por assim dizer, foi o primeiro autor ao longo da história ocidental a escrever sobre o fenômeno da política. Isso podemos encontrar nas obras: a República, o Político, e as Leis.

Em nenhum outro lugar do pensamento grego se acerca tão estreitamente do conceito de autoridade como na *República*, de Platão, onde ele confrontou a realidade da *Polis* com um utópico governo da razão na pessoa do rei-filósofo.⁹

Com efeito, sua tentativa de fundação de uma autoridade para o âmbito dos assuntos humanos se colocava em nítido confronto com a experiência política grega, na medida em que a desigualdade na *pólis* era desconhecida. A política em Atenas se fundava na liberdade e na igualdade, a desigualdade era apenas aceitável no âmbito da administração doméstica.

A autoridade em política deriva sua importância justamente de sua capacidade de conferir durabilidade e permanência ao mundo tão frágil e instável dos homens. Não obstante, o motivo crucial que permite compreender a necessidade de autoridade para a política em Platão é o conflito latente entre o cidadão da *pólis* e o filósofo. A razão essencial para que os filósofos assumissem o governo da cidade assentava-se na hostilidade da política para com a filosofia, pois o filósofo experimentou a *pólis* como ameaça à sua vida. Confronto latente que certamente veio à luz no contexto do julgamento e morte de Sócrates.

Assim, para Hannah Arendt, o filósofo se volta para questões da esfera pública afirmando:

⁸ Ibid., p.142.

⁹ Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.145.

O filósofo anuncia sua pretensão ao governo, mas não tanto por amor à *Polis* e à política (embora não se possa negar motivação patriótica a Platão, que distingue sua filosofia das de seus seguidores na antiguidade), como por amor à filosofia e à segurança do filósofo.¹⁰

Na alegoria do mito da caverna, que Platão apresenta na República, as idéias são tomadas como medida normativa com a finalidade de organizar o interior da caverna. Arendt toma emprestada a interpretação de Heidegger sobre a questão da verdade em Platão e busca nesta alegoria o sentido da preocupação política que o filósofo carrega consigo ao pretender assumir o papel de rei e governante.

Para uma melhor compreensão é mister dizer que o movimento feito por Platão foi o de dar direção às idéias, à realidade fora da caverna, e isso só é possível a partir do desvelamento do ser, a situação toda se transforma quando o mesmo volta para o interior da caverna e percebe que os habitantes que ali se encontram estão inseridos num contexto de sombras e ilusões. Sua tentativa claro é a de transmitir sua experiência fora da caverna, onde as coisas se revelaram à luz do sol, na plenitude de seu ser, desencadeia um conflito que o filósofo experimenta como ameaça à sua vida. Portanto no afã de organizar o interior da caverna, o filósofo se volta para as idéias e busca utilizá-las como medida para a política, então a filosofia enquanto metafísica se torna autoridade para a política. As idéias transcendentais exigem para si a autoridade. Como bem compreendeu Arendt:

Somente mais tarde ao se encontrar novamente confinado na escuridão e na incerteza dos negócios humanos, e ao deparar com a hostilidade de seus semelhantes humanos, ele começa a pensar nessa “verdade” em termos de padrões aplicáveis ao comportamento de outras pessoas.¹¹

O rei filósofo, versado em idéias, possui o instrumental para governar. As idéias nas mãos do filósofo podem tornar-se Leis. De acordo com o exemplo da pirâmide, o fundamento da autoridade se situa além da pirâmide, no mundo das idéias, no âmbito da razão transcendente.

Portanto era preciso encontrar uma alternativa de governo que fosse superior à persuasão, pois ela havia se mostrado insuficiente e instável para guiar os homens na *pólis*, principalmente no contexto da injustiça praticada contra Sócrates. Porém os meios externos de violência também não eram bem desejáveis, porque não era aceitável acreditar numa estabilidade do governo que só vivia afundado em um cenário de conflitos a fim da manutenção do poder. Assim a solução proposta por Platão, a fim de fundamentar a

¹⁰ Ibid., p.147.

¹¹ Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.152.

autoridade foi basear-se na possibilidade de instrumentalizar a razão com vistas a uma aplicabilidade prática, ou seja, a razão se impõe ao pensador como superior à persuasão e como instrumento de coerção sem o uso da violência.

Desta forma a visão de Platão nos deixa claro que a auto-evidência das idéias que se impõe à atividade do pensar é experimentada por uma minoria, ou seja, os próprios filósofos e para que a maioria fosse submetida à verdade filosófica, Platão introduz um mito sobre o inferno, claramente constituído de motivações políticas, com a finalidade de que o povo se convencesse da autoridade da razão, ou, pelo menos, agisse como se conhecesse a verdade.

Na “República”, o mito final das recompensas e punições em uma vida futura representa a tentativa de convencimento da legitimidade da razão para o povo que não é capaz de contemplar as idéias auto-evidentes ao modo filosófico, ou seja, aquilo que a alegoria da caverna é para o filósofo, no meio de A República, para os eleitos ou para os filósofos, é no final o mito do inferno, para a maioria que não está à altura da verdade filosófica.

Destarte aqui, Platão é levado a buscar, por outro lado, princípios legítimos para fundamentar a autoridade da razão através das experiências que os gregos já possuíam. No âmbito da política, a única experiência grega de governo hierárquico era a tirania. Assim, Platão foi buscar exemplos de autoridades, tais quais os gregos a conheciam, na esfera da administração da casa onde reinava uma desigualdade natural.

Ao contrário, Aristóteles rejeita a estrutura de governo platônica do rei filósofo.

A vida do filósofo, dedicada à contemplação e investigação das coisas eternas, assim como a vida do político, dedicada aos assuntos da *pólis*, muito embora fossem ambas livres, possuíam seus lugares definidos numa hierarquia implícita. A vida contemplativa foi eleita como superior à vida dedicada às coisas terrenas, de tal maneira que a filosofia continuou a ser autoridade, desde Platão, em questões de política. O conceito de autoridade foi novamente concebido, na filosofia política de Aristóteles, em sua essencial subordinação à razão, porém ela não dispõe de caracteres ditatoriais, mas decorre, como em Platão, da superioridade do perito sobre o leigo. Mais uma vez a hierarquia é fundada aqui em uma questão de natureza, pois o perito deve governar porque conhece, faz parte de sua constituição; da mesma maneira, o leigo deve pôr em prática as ordens do perito, devido, sobretudo, à sua impossibilidade de governar.

Não foi possível a Aristóteles, bem como a Platão, formular o conceito de autoridade em bases efetivamente políticas. Mas devido, antes, à ausência de uma noção de autoridade inserida na esfera pública. O que o levou a se refugiar de forma semelhante ao seu mestre, em exemplos da vida doméstica oriundos da esfera privada, ou seja, em âmbitos pré-políticos. Como mesmo afirmou Hannah Arendt:

As grandiosas tentativas da filosofia grega para encontrar um conceito de autoridade que obstasse a deterioração da *Polis* e salvaguardasse a vida do filósofo soçobraram devido ao fato de não existir, no âmbito da vida política grega, nenhuma consciência de autoridade que se baseasse em experiências políticas imediatas. Daí todos os protótipos mediante os quais as gerações posteriores compreenderam o conteúdo da autoridade terem sido extraídos de experiências de natureza especificamente não-política, brotando, seja da esfera do “fazer” e das artes, onde devem existir peritos e onde a aptidão é o critério supremo, seja da comunidade familiar privada.¹²

Assim sendo, se os gregos dentro de sua filosofia buscaram recursos transcendentais e exemplos na esfera da vida e da administração doméstica para fundamentar a autoridade, foram os romanos que efetivamente alcançaram sua fundamentação na esfera dos assuntos propriamente políticos. Para compreender a experiência política romana, devem levar-se em consideração três elementos fundamentais, denominados por Arendt de trindade romana, ou seja:

A origem política e as experiências políticas subjacentes às teorias foram esquecidas, tanto o conflito original entre Política e Filosofia entre o cidadão e o filósofo como a experiência de fundação na qual tivera lúdica origem a tríade romana de religião, autoridade e tradição.¹³

A partir dessa idéia da tríade pode-se dizer que a autoridade na política romana se interconecta essencialmente com a experiência da fundação da cidade que, para os romanos, possui ao mesmo tempo caráter sacro, e desta forma todas as gerações futuras são marcadas profundamente pela experiência sagrada da fundação que se torna, desde o seu início e para todo o sempre, a medida de todas as ações futuras, ou seja, a recordação e preservação da experiência originária da fundação da cidade de Roma era o sentido e significado de toda participação política. Segundo Hannah Arendt, “*não os gregos, e sim os romanos, estavam realmente enraizados ao solo, e a palavra pátria deriva seu pleno significado na história romana*”¹⁴.

¹² Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.161.

¹³ Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.167.

¹⁴ *Ibid.*, p. 162.

É salutar dizer que não os gregos, e sim os romanos estavam realmente enraizados ao sólo e, ao contrário dos gregos, [os romanos] não podiam dizer em épocas de emergência e superpopulação: “Ide e fundai uma nova cidade, pois onde quer que estejais sereis sempre uma *pólis*”¹⁵. Para um romano não era possível deixar a sua pátria e levar consigo a experiência da fundação para repeti-la em outro lugar, pois a fundação da cidade era uma experiência única. As colônias romanas não conseguiam repetir a fundação da cidade romana que, por definição, era intransferível. Desse modo, as colônias significavam uma ampliação da fundação original.

Segundo Arendt, os gregos, onde quer que fossem, levavam consigo a *pólis* bem como a possibilidade de sua reinstalação: de forma que era permitido a um grego repetir a *pólis* de Atenas. Não por acaso, divindades tais quais Jano, deus do princípio, e Minerva, deusa da recordação, eram profundamente romanas. A santidade atribuída à fundação da cidade é perfeitamente entendida se se mantêm em mente a significação igualmente importante da noção de religião. Literalmente, re-ligare, ou seja, caráter de tudo aquilo que se une novamente. A preocupação de fundar, e a partir dessa fundação, conquistar a permanência daquilo que foi originado, exige que se mantenha sempre unido, sempre ligado ao passado todas as gerações vindouras. As gerações que surgem no mundo dependem profundamente de um passado que santifique e engrandeça seu povo e que seja capaz de elevar à eternidade ainda mais o passado já glorioso e sacro. Neste sentido, a religião assume um papel político por excelência. Os deuses romanos habitavam, assim como os homens, as cidades.

O poder coercitivo da fundação era ele mesmo religioso, pois a cidade oferecia também aos deuses do povo um lar permanente - mais uma vez, ao contrário dos gregos, cujos deuses protegiam as cidades dos mortais e, por vezes, nelas habitavam, mas possuíam seu próprio lar, distante da morada dos homens, no Monte Olimpo.¹⁶

Foi nesse contexto que a palavra e o conceito de autoridade aparecem originalmente: “a palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, “aumentar”, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação”¹⁷, a posse da autoridade impunha a necessidade de engrandecimento da experiência da fundação. Crescimento, porém, em direção ao passado: crescer significava estar mais perto dos antepassados. E os que “eram dotados de autoridade era os anciões, o senado e os

¹⁵ Ibid., p. 162.

¹⁶ Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.163.

¹⁷ Ibid., p.163 e 164.

denominados *patres*¹⁸, estes sim obtinham a autoridade por descendência e transmissão daqueles, chamado pelos romanos de “maiores”¹⁹, que haviam lançado as fundações, tendo como obrigação tornar grande a cidade de Roma, aumentar seu prestígio e sua imponência. Desta forma:

Para compreender de modo mais concreto o que significava usufruir de autoridade, é útil observar que a palavra *auctores* pode ser utilizada como o verdadeiro antônimo de *artífices*, os construtores e elaboradores efetivos, e isso justamente quando a palavra *auctor* quer dizer a mesma coisa que o nosso “autor”.²⁰

Os últimos se apresentam como os construtores e elaboradores, os executores propriamente ditos; enquanto os primeiros são, na verdade, o sentido das construções e das elaborações, e desse modo, os verdadeiros “autores” das construções. A autoridade, ao contrário do que se possa imaginar, não se confunde com a obtenção de poder. Como foi adiantado na definição provisória de seu conceito, o poder só existe na participação plural dos homens na esfera pública quando se reúnem para decidir sobre o futuro de seu povo.

A autoridade, em contraposição ao poder (*potestas*), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos. *Moribus antiquis res stat Romana virisque*, nas palavras de Ênio.²¹

Enquanto a autoridade é oriunda e herdeira de um passado glorioso, o poder somente se dá na medida em que, sempre presente, exista a esfera onde as pessoas se unam e assumam uma decisão comum, porque poder é potência, isto é, possibilidade de mudança e de escolha do próprio destino; a possibilidade de trazer o novo ao mundo só há quando a plurivocidade dos homens acontece em um espaço político.

Pode-se afirmar que a autoridade daqueles que a possuem, em contraponto direto com o modelo do artífice usado por Platão, não se confunde com o direito ao poder ou à força. O artífice assume bem o seu papel se, e somente se, conhece as idéias, ou seja, têm acesso à razão e, guiado por ela, possui a força de fazer da realidade sua imagem. A força reside na manipulação que o artífice é capaz de fazer, na possibilidade de trato que têm com as coisas. Além do mais, a relação do artífice com as coisas é sempre no sentido de uma violação. Uma cadeira não vem ao mundo senão através de uma violação de seu estado de

¹⁸ Ibid., p. 164.

¹⁹ Ibid., p. 164.

²⁰ Ibid., p. 164.

²¹ Ibid., p. 164.

árvore, da mesma maneira que tudo o mais, seja qual for o material empregado, que se pretende manipular e transformar. A relação é imposta de cima para baixo, e a partir da violência do artífice, a razão assume caráter de tirania: eis porque Hannah Arendt insiste no caráter tirânico da razão, apesar de que o próprio Platão não reconhecia seu governo utópico como um governo tirânico.

Porém, em seu sentido pleno a autoridade como era do conhecimento dos romanos se dava como uma espécie de aconselhamento, ou seja, o conselho dessa autoridade, principalmente o senado, que reside entre o limite e entre a ordem e a persuasão, a fim de fazer ser escutado, por conseguinte, as suas ações ficam sujeitas ao engano e ao erro, precisando desta forma de ser acrescidas pelas assembléias que representam a autoridade.

A força coercitiva dessa autoridade está intimamente ligada à força religiosamente do *auspices*, que ao contrário do oráculo grego não sugere o curso objetivo dos eventos futuros, mas revela meramente a aprovação ou a desaprovação divina das decisões feitas pelos homens.²²

Cada ato presente carrega o peso de todo um passado, expresso na palavra “*gravitas*”²³. Pois o passado e a tradição são normativos para todas as ações futuras. Caso se retome a imagem da pirâmide, os romanos não fundamentaram a autoridade em noções transcendentais: não transcenderam a realidade da *physis*, como no caso da *meta-physika* (além-mundo) das idéias; assim como também não transcenderam a *pólis*, no sentido do abandono da esfera pública na tentativa de fundamentação da autoridade no horizonte da administração doméstica. A fundação se encontra nas profundezas de um passado terreno (fundação da cidade romana), não há fundamentação fora e acima do topo da pirâmide. Sua origem é a fundação da cidade que ocorreu num passado longínquo e sagrado. Mas de um sagrado, como vimos, terreno. O passado é santificado através da tradição que se preserva nas próximas gerações e se engrandece no transcurso do tempo a partir do testemunho da sagrada fundação.

Aqui Hannah Arendt, nos leva a notar que os romanos precisavam de autoridade não só nas esfera política, mas também ao tratarem de filosofia, arte ou mesmo poesia; porém, os gregos são eleitos como as autoridades no que diz respeito à teoria e à literatura. É interessante destacar que parece forçoso crer que os filósofos gregos como Platão e Aristóteles tornaram-se de fato autoridades somente nas mãos dos romanos. E, como era de se esperar, as experiências políticas romanas que os gregos não possuíam, foram interpretadas

²² Op. Cit., ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. p.165.

²³ *Ibid.*, p. 165.

a partir de conceitos gregos. Portanto, ficamos com o seguinte quadro: de um lado os romanos utilizaram as noções gregas para se auto-interpretarem, e com isso modificaram suas próprias concepções políticas; por outro lado, a filosofia grega foi traduzida aos moldes do conteúdo de experiências estrangeiras, as latinas, tão distintas de suas próprias experiências, o que transformou o pensamento grego.

Desse modo, temos uma relação essencial do que Arendt denominou “trindade romana”, relação expressa na experiência da *auctoritas* que visa a “engrandecer” o passado e a tradição, sempre unidos, re-ligados pela religião. O que nos permite compreender o caráter sagrado da fundação da cidade romana e da tradição imperativa advinda dessa fundação.

Gostaríamos de concluir este trabalho demonstrando que o confronto entre as experiências gregas e as experiências romanas do fenômeno da autoridade foi importante para a compreensão adequada da noção de autoridade que surgiu com determinadas proporções e que, após seu desenvolvimento através da herança greco-romana, efetuada pela Igreja Cristã, chegou a um fim no mundo moderno. Nosso objetivo neste texto foi frisar especificamente a origem do conceito de autoridade, interpretado por Hannah Arendt, e a situação moderna de sua ausência, deixando de lado, desse modo, as implicações dos desenvolvimentos dessa noção na Idade Média. É evidente que este é o primeiro e o passo essencial para compreender da melhor maneira a autoridade neste período histórico de heranças latinas e gregas.

Logo, a falência da autoridade, das instituições religiosas e a quebra dos ideais transcendentais da metafísica que permearam o pensamento político, teológico e filosófico, desde o fim da antiguidade, ainda não foram suficientemente compreendidos. Eis o grande empreendimento de Hannah Arendt: mostrar que a crise que marca nosso tempo, bem como as crises que o precederam e que formam com o declínio da autoridade uma unidade essencial, são a consumação e o solapamento da experiência da fundação dos romanos, expressa na trindade “tradição-religião-autoridade”. Da mesma forma, as várias revoluções da época moderna, como a revolução francesa e a americana, são tentativas de recuperar essas fundações e renovar o fio rompido da tradição cuja finalidade é a possibilidade de construir de um novo mundo.

BIBLIOGRAFIA

ARENDR, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo. Editora Perspectiva, 5º ed, 1992. p. 129.

ARENDR, Hannah. *O que é política?*. Trad.: Reinaldo Guarany. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- ARISTÓTELES. *A Política*. Trad.: Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala, 2003.
- AUTORES, Vários. *Para filosofar*. São Paulo: Scipione, 2000.
- CHALITA, Gabriel. *Vivendo a filosofia*. Volume único. São Paulo: Ática, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. *Filosofia: ensino médio*. Volume único. São Paulo: Ática, 2005 (Série Brasil).
- COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia: História e grandes temas*. 16 ed. Reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.
- COTRIM, Gilberto. *História Global, Brasil e Geral*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 389.
- Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt. Acesso em 05/06/07.
- MILOVIC, Miroslav. *Comunidade da diferença*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Ijuí, RS: Unijuí, 2004 – (conexões;21)
- PLATÃO. *A República*. Trad.: Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova cultural, 2000.